

TRABALHO E SUAS TRANSFORMAÇÕES NO CAPITALISMO: ANÁLISE A PARTIR DA SOCIOLOGIA

Gilberto Romeiro de Souza Júnior¹

RESUMO: O objetivo principal do artigo é destacar a questão da centralidade da categoria “trabalho” no pensamento sociológico clássico, bem como associar os principais conceitos presentes nas correntes teóricas dos autores às novas conjunturas e dinâmicas do mundo do trabalho na contemporaneidade. A proposta de aproximação teórica e diálogos com autores mais atuais da área de Sociologia possibilitou uma ampliação do olhar e da compreensão acerca das transformações e dos impactos do capitalismo sobre as diferentes esferas das relações de trabalho, bem como sobre os aspectos mais ligados à subjetividade dos indivíduos. Enfatiza-se, portanto, que desde os primórdios do pensamento social, o trabalho constitui-se como eixo central de leitura e compreensão da realidade e que suas transformações e reconfigurações têm acompanhado o próprio decurso do capitalismo.

Palavras-chave: Capitalismo; Clássicos; Sociologia; Trabalho.

WORK AND THEIR TRANSFORMATIONS IN CAPITALISM: ANALYSIS FROM THE SOCIOLOGY

ABSTRACT: The main objective of this article is to highlight the question of centrality of the category "work" in the classic sociological thinking, as well as linking the main concepts present in the theoretical currents of authors to new conjectures and dynamic in the world of work in the contemporaneity. The proposal for a theoretical approach and dialogs with most current authors in the area of sociology has enabled an expansion of the gaze and the understanding of the transformations and the impacts of capitalism on the different spheres of labor relations, as well as on the aspects more related to the subjectivity of the individuals. It is emphasized, so, what from the origins of the social thought, the work has constituted like central axis of reading and understanding of the reality and that its transformations and reconfigurations have been accompanying the continuation itself of the capitalism.

Key words: Capitalism; Classics; Sociology; Work.

INTRODUÇÃO

¹ Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia na Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). E-mail: gilbertorsjr@gmail.com

A sociedade ocidental na medida em que passou por transformações originadas da Revolução Industrial e do capitalismo fez com que a categoria trabalho ganhasse novos contornos e significações, na qual passou a se constituir como categoria central e fundamental para análise e entendimento da realidade social. Sendo assim, desde os primórdios do pensamento social o “trabalho” tem ganhado importância e perpassado um conjunto de outras categorias que passaram a ter uma dependência ontológica em relação a essa.

A partir de meados do séc. XIX com a institucionalização da Sociologia como disciplina científica e o processo de modernização da Teoria Social, o trabalho se configurou como eixo central de suas principais preocupações, análises e discussões teóricas, assentando-se como uma categoria central e estruturante. Assim, autores clássicos da Sociologia a exemplo de Karl Marx (1813 – 1873), Émile Durkheim (1858 – 1917) e Max Weber (1864 – 1920) ao estabelecerem e desenvolverem mais detalhadamente suas argumentações e teses (em relação às particularidades de cada objeto de estudo) reafirmaram na teoria social o caráter central da categoria trabalho.

Nesse sentido, o artigo procura apontar algumas das principais teses e argumentações travadas pelos teóricos clássicos da Sociologia acerca da categoria trabalho, procurando relacioná-las de alguma forma com discussões mais gerais e empíricas travadas na contemporaneidade. Ou seja, a proposta, partindo desse ponto, é justamente associar as principais discussões dos clássicos com as configurações e realidades apresentadas no mundo do trabalho no séc. XXI. Como algumas das teses e teorias apresentadas pelos autores clássicos da Sociologia contribuem para analisar as novas dinâmicas, configurações e realidades do trabalho na sociedade vigente?

Para tanto, foram selecionados alguns eixos, conceitos e debates presentes na teoria dos autores que, em certa medida, deram subsídios e embasamento para a discussão proposta pelo artigo, tendo, portanto, como base, importantes obras estruturais da teoria social clássica e também a interconexão com alguns debates travados por autores contemporâneos. É fundamental destacar, em linhas gerais, as mudanças e flutuações do trabalho no decurso do próprio capitalismo e como elas apresentam um conjunto de indicadores analíticos associados aos conceitos e teorias dos autores aqui mencionados.

O artigo está estruturado da seguinte forma: além dessa introdução, há uma primeira parte intitulada “A centralidade da categoria trabalho no pensamento sociológico clássico” na qual apresenta algumas teses e teorias dos autores clássicos da Sociologia acerca da categoria trabalho e como essa tem dialogado e permeado as diferentes discussões dos autores tomando como referência os respectivos objetos de estudo e as abordagens teórico-metodológicas. Numa segunda parte intitulada “O mundo do trabalho no centro das mudanças do sistema capitalista” enfatiza-se algumas mudanças e flutuações apresentadas pela categoria trabalho no decurso do sistema capitalista, bem como indicar, preliminarmente, alguns elementos que retratam a realidade do mundo do trabalho, associando-os aos principais conceitos e teorias apresentados pelos clássicos. Por fim, apresenta-se as considerações finais as quais enfatizam a centralidade da categoria trabalho para entendimento da realidade social a partir das discussões teóricas clássicas, assim como resgatar o pensamento social dos autores e associá-lo ao debate contemporâneo acerca das novas dinâmicas e situações do trabalho numa perspectiva global.

A CENTRALIDADE DA CATEGORIA “TRABALHO” NO PENSAMENTO SOCIOLOGICO CLÁSSICO

Antes de esboçar com mais especificidade a categoria trabalho no pensamento dos autores clássico da Sociologia, faz-se importante mencionar primeiramente, mesmo que de forma resumida, elementos da teoria e do método dos mesmos, para, em seguida, analisar como o trabalho permeia o conjunto de seus debates.

Karl Marx procurou envolver-se em diferentes áreas do conhecimento, a fim de tecer uma abordagem crítica do modo de produção capitalista, suas instituições e formas de relacionamentos sociais. Assim, foi esse autor quem propôs o chamado Materialismo Histórico Dialético (sendo esse seu método e de onde resultou muitas de suas teorias e críticas), que resultava de uma dinâmica da própria economia capitalista que produzia crises, conflitos de classe e revolução (COLLINS, 2009), ou seja, é um método que se contrapõe ao idealismo e propõe a ideia de “práxis” que une teoria e prática como ação transformadora da realidade e da vida social. Conforme expõe o próprio Marx (2003) a centralidade está na explicação da consciência pelas contradições da vida material, pelo

conflito existente entre as forças produtivas e as relações de produção. Foi a partir desse método que Marx fez a análise crítica acerca do capitalismo e de onde surgiram conceitos-chaves atrelados ao trabalho, como: alienação, estranhamento, mercadoria, fetichismo, mais-valia etc.

Émile Durkheim, sempre preocupado com a criação de uma ciência da sociedade – a Sociologia – e fazendo com que a mesma tivesse autonomia frente às demais, propôs a análise dos fenômenos e da realidade social como uma “coisa dada”, ou seja, como um fato social (sendo esse o objeto de estudo). Assim, caberia ao sociólogo estudar a sociedade tal como ela é e não como deveria ser, partindo, de uma postura de neutralidade e afastando-se de suas pré-noções, que, porventura, interferisse no estudo do objeto e nas conclusões da pesquisa (DURKHEIM, 1999). Tudo isso levando-se em consideração a consciência coletiva dos indivíduos, da qual partem algumas das considerações de Durkheim acerca do trabalho.

Max Weber, diferentemente de Karl Marx e Émile Durkheim (que tiveram uma análise mais centrada na coletividade) tem o foco nos indivíduos e nas significações de suas ações na sociedade. É nesse sentido que a abordagem weberiana é encarada à luz de uma Sociologia compreensiva, procurando assim, estudar e compreender as condutas e os comportamentos humanos, ou seja, foi partindo da compreensão do comportamento social dos indivíduos que Weber compreendeu, mais sistematicamente, a vida social, a exemplo dos estudos feitos com as religiões e suas associações com a dinâmica e o comportamento capitalista (WEBER, 1999). Foi a partir daí que a teoria e o método de Weber foram sistematizados e ganharam respaldo no conceito de “tipos ideais”, sendo esse um recurso heurístico de explicação e compreensão da realidade social dada a sua infinitude e complexidade, cabendo, portanto, ao pesquisador valer-se desse recurso para aproximar o máximo possível o fenômeno estudado da realidade social. Mais especificamente a partir do processo de racionalização da vida atrelado aos novos modos, condutas e comportamentos capitalistas é que a categoria trabalho começou a ganhar destaque nas reflexões do autor².

² É mais especificamente a partir das análises e estudos que resultaram na obra “A ética protestante e o espírito do capitalismo” (1999) que a categoria trabalho ganha mais destaque, sobretudo, com a associação feita entre o comportamento religioso, a dinâmica e a conduta capitalista e a ideia de ética social do dever profissional, na qual o trabalho aparece como categoria fundamental de análise.

A CATEGORIA TRABALHO NO PENSAMENTO SOCIOLÓGICO DE KARL MARX: BREVES CONSIDERAÇÕES

Feito esses apontamentos preliminares sobre a teoria e o método de cada um dos autores mencionados, cabe agora destacar como a categoria trabalho aparece no decorrer das discussões teóricas. Em Marx, o trabalho é entendido como a relação entre homem e o meio natural com vistas a produção de bens que satisfaçam suas necessidades. Ao mesmo tempo em que age e modifica o meio natural, o homem modifica sua própria natureza, diferenciando-se dos outros animais pelo fato de projetar em sua mente o resultado do trabalho, ou seja, no final do processo chega-se a um resultado que estava presente na representação do trabalhador desde o início do processo (MARX, 1989). Com isso, toda a explicação de Marx parte da teoria do valor-trabalho³, na qual destaca que o tempo de trabalho despendido na produção de uma dada mercadoria criaria uma mercadoria na qual o valor de sua troca não corresponderia ao tempo de trabalho que foi despendido na produção.

Com isso, há, de fato, uma interconexão entre um conjunto de variáveis na teoria de Marx (2004) que estruturam seu debate em torno do trabalho, são elas: propriedade privada – ganância – separação de trabalho, capital e propriedade da terra – troca e concorrência – desvalorização do homem – monopólio e concorrência. Todas essas variáveis contribuem para conformar o conceito de trabalho estranhado, no qual é através dele que “o trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão” (MARX, 2004, p. 80), ou seja, partindo dessa constatação, numa sociedade capitalista o trabalhador se torna uma simples mercadoria quanto mais mercadoria ele cria, havendo assim, um processo de coisificação e objetificação do ser humano em detrimento à valorização do mundo das coisas.

É a partir dessa dimensão que Marx cria o conceito de alienação do trabalho como sendo um processo atrelado ao próprio estranhamento do trabalhador, ou seja,

³ Reitera-se que antes de Marx, outros teóricos a exemplos do economista escocês Adam Smith e do economista inglês David Ricardo já discutiam a teoria do valor-trabalho. Smith e Ricardo já apontavam que o trabalho era uma fonte de riqueza e que para construir a riqueza precisava libertar o trabalho das antigas amarras da classe dominante pré-capitalistas. É também a partir da teoria desses economistas clássicos que destacava-se o valor de uma dada mercadoria a partir do tempo de trabalho despendido na sua produção.

ocorre a alienação: 1) em relação ao produto da atividade (ou seja, o trabalhador passa a ter menos importância do que o produto), 2) alienação da própria atividade produtiva (o trabalho deixa de ser uma atividade essencial do homem, no sentido de não mais satisfazer necessidades interiores, mas as necessidades exteriores), 3) alienação do homem pelo homem (ou seja, o homem passa a ser estranho ao seu ser, havendo uma relação de estranhamento entre os sujeitos, a exemplo da relação entre burgueses e proletários) (MARX, 1989).

Outra análise feita por Marx e que ainda deve ser destacada nesse artigo é acerca da mercadoria no modo de produção capitalista. Ela passa a ser analisada desde a sua produção até a sua circulação no mercado, comportando com isso dois elementos fundamentais: seu valor de uso (que diz respeito às características intrínsecas ao objeto - à sua utilidade) e valor de troca (capacidade de se equiparar no mercado e criar equivalência entre objetos que não são iguais). Marx (1989) propõe analisar como as trocas entre mercadorias se efetivam e como se estabelecem enquanto mecanismos de reprodução do capital. Assim, é fundamentalmente a quantidade de trabalho socialmente necessário que está na base dos processos de troca no capitalismo. A partir de todo esse entendimento das relações sociais de produção e circulação de mercadoria, Giannotti (2000) destaca que os diferentes trabalhos individuais se tornam coletivos na medida em que se ajustam a teoria do valor-trabalho à um equivalente expresso na forma de dinheiro.

Podemos demonstrar que, a partir de Marx, há um estreita relação entre a produção de mercadorias e trabalho alienado. A mercadoria é compreendida como a materialização de um dado trabalho na sociedade capitalista mediante a criação de valores de troca, o que reduz continuamente a utilidade do trabalho social, contribuindo, assim, para que os trabalhadores percam a consciência/noção do quanto vale o seu trabalho e do produto do mesmo (trabalho alienado/estranhado) (MARX, 2004), tendência essa que leva a um outro conceito marxista, denominado “Fetichismo da Mercadoria”. É através do fetichismo que o caráter social do trabalho é ocultado e a mercadoria passa a se constituir enquanto objeto de adoração. Assim, o próprio trabalhador é transformado em mercadoria e a relação passa a ser não entre sujeitos, mas entre coisas.

Em Marx, com o surgimento do capitalismo e das contradições a partir da teoria do valor-trabalho, essa categoria ganhou um caráter negativo, passando a estar relacionada ao antagonismo de classe, à reprodução das desigualdades sociais, ao estranhamento e alienação do trabalhador. Ou seja, o trabalho passa a não mais se constituir como fonte de realização interior para o ser humano, mas como mera fonte de realização exterior (sobrevivência física/material), restando apenas ao trabalhador a venda da sua força de trabalho.

A CATEGORIA TRABALHO NO PENSAMENTO SOCIOLÓGICO DE ÉMILE DURKHEIM: BREVES CONSIDERAÇÕES

Em Durkheim, a inserção da categoria trabalho no conjunto de suas análises começou a ter evidência a partir da publicação *Da Divisão do Trabalho Social* (1999). No bojo de suas discussões o autor destaca que com a aparecimento da sociedade industrial a consciência coletiva começou a perder espaço nas relações sociais e como elemento de regulação, fazendo com que a sociedade caminhasse continuamente para um estado que o autor denomina de “anomia”. Vale salientar que o período de escrita da obra mencionada anteriormente foi marcado por profundas mudanças sociais que acabaram tendo impactos e alterando as relações de trabalho, o que favoreceu o detalhamento da análise desse contexto pelo autor.

Assim, a “anomia” se constituiria como um fator que levaria à desintegração social, tendo em vista a ausência de regras e de solidariedade, trazendo consigo todo tipo de patologia social. Adorno (2009) destaca o tema da anomia a partir de dois pontos: primeiramente o descompasso entre o progresso material e o moral ditado pela divisão do trabalho e o segundo diz respeito ao papel do Estado.

O que Durkheim levanta como uma de suas problemáticas é como a divisão social do trabalho trouxe em si certos inconvenientes morais, aos quais favoreceram o aparecimento de laços mais frouxos entre os indivíduos. Há, portanto, como analisar a importância da centralidade do trabalho no pensamento durkheimiano a partir de dois segmentos: tanto mediante a “divisão” quanto pelo viés da “interdependência” (ou solidariedade). No que diz respeito à solidariedade nas diferentes sociedades analisadas

pelo autor⁴, o trabalho adquire conotações diferenciadas tendo em vista o grau de organização e de interesses que predominavam entre os indivíduos.

É válido ressaltar que ao mesmo tempo em que o trabalho é visto como um elemento de integração, em que há uma moralização bastante acentuada (como por exemplo nas sociedades mais simples) na dinâmica da vida social, por outro lado, ele pode aparecer também como fator de desintegração, de quebra de laços sociais e de reforço à individualidade (o que aparece com mais destaque nas sociedades complexas). Fazendo menção especificamente a essa segunda característica do trabalho que aparece mais acentuadamente com a solidariedade orgânica, Lukes (2009) destaca que nessa dimensão começam aparecer nas relações sociais de trabalho elementos como a desigualdade, a exploração e os contratos injustos. São elementos que tendem a reforçar o caráter negativo e contraditório do trabalho que no decurso do capitalismo começam a ganhar novas dimensões e complexidades quando associados a um conjunto de variáveis como: cor/raça, sexo, grau de escolaridade, região, renda, como também com fatores relativos às crises e oscilações da economia.

Mesmo não sendo o foco de Durkheim analisar essas contradições e conflitos que começam a aparecer em relação ao trabalho na sociedade capitalista, mas, é sobretudo pelo viés da divisão social que o autor problematiza a centralidade do trabalho e como o mesmo o associa à questão da solidariedade. O trabalho, no sentido proposto pelo autor, passa a se constituir num fator de satisfação quando associado a uma certa regulamentação e normatização, no qual passa a ser marcado pela solidariedade, bem como passa a ter uma correlação com os direitos e deveres inerentes aos indivíduos na sociedade.

É válido ressaltar que em Durkheim (1999) as instituições sociais e a coletividade exercem uma forte influência sobre o indivíduo, no sentido de moldar seus comportamentos e promover a sua socialização, assim também acontece com o trabalho visto inicialmente como fator de promoção da integração social. Ele é responsável pelo

⁴ Ainda em Da Divisão do Trabalho Social (1999) Durkheim analisou o tema da solidariedade, diferenciando em dois tipos: 1) Solidariedade Mecânica (que predominou nas sociedades primitivas, nas quais haviam baixo nível de individualidade e a divisão social do trabalho dava-se de forma limitada) e 2) Solidariedade Orgânica (teve seu surgimento nas sociedades mais complexas, nas quais a consciência individual se manifesta de forma mais intensa e predomina a divisão do trabalho social, onde mesmo cada membro da sociedade tendo suas funções individuais, ainda assim, eles estão interligados – é um tipo de solidariedade própria da sociedade capitalista.).

desenvolvimento de uma sociedade que se diferencia, se complexifica e se divide internamente, levando os indivíduos a se especializarem cada vez mais, possibilitando a criação de laços de interdependência entre as diferentes funções, sejam elas ligadas interna ou externamente ao ambiente de trabalho.

A CATEGORIA TRABALHO NO PENSAMENTO SOCIOLÓGICO DE MAX WEBER: BREVES CONSIDERAÇÕES

As considerações e análises de Max Weber acerca da categoria trabalho começaram a ganhar visibilidade e importância na teoria sociológica clássica, sobretudo, com a publicação da obra *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo* (1999). A proposta aqui é destacar, mesmo que em linhas gerais, como o trabalho é enfatizado, partindo-se do pressuposto de que os protestantes de sua época eram mais sucedidos economicamente nos negócios do que os católicos. Tal constatação dava-se pelo fato da ética religiosa protestante, sobretudo da linha calvinista, estar firmada na ideia de trabalho como vocação, como forma de obter ganhos e bens materiais, tudo firmado com base no pressuposto da ética social do dever profissional. Assim, segundo Weber (1999) a razão para tal configuração devia ser procurada principalmente na peculiaridade de cada confissão religiosa, e não somente na situação exterior histórico-política.

Diferentemente de Marx que partia das contradições do próprio capitalismo e da teoria do valor-trabalho para análise da realidade social, tendo como chave de leitura o fator econômico-político e de Durkheim que partia dos aspectos macrosociais e da coletividade para análise do funcionamento da divisão social do trabalho, em Weber (2003) há críticas às tradições econômicas – marxistas, apontando as mesmas como incapazes de alcançarem um conhecimento da realidade segundo seu significado cultural, além de apontarem fragilidades da ciência pautada em leis gerais e esquemas explicativos descritivos. Suas preocupações estiveram voltadas, sobretudo, para compreensão dos sentidos das ações dos indivíduos na sociedade; o que leva-os a

agirem de determinada maneira e não de outra? como o comportamento individual e a prática do dever profissional contribuem para conformar uma nova lógica ao trabalho?⁵

Nesse sentido, há uma forte tendência do indivíduo a investir tempo no trabalho, pois isso possibilita a obtenção de um certo prestígio e reconhecimento social, ou seja, são princípios como: “trabalho constante”, “trabalho dignifica o homem”, “perder tempo, é perder dinheiro” (WEBER, 1999) que fazem a ideia de trabalho obter um certo conteúdo benéfico e produtivo sendo, portanto, esses princípios internalizados nas condutas individuais. Assim, a ética do trabalho contínuo atrelada aos princípios da racionalidade econômica determina a vida e a conduta de todos os indivíduos. Percebe-se, assim, que o trabalho na perspectiva weberiana está atrelado a um certo estilo de vida racional e teria, portanto, um caráter ascético⁶.

Nesse sentido, podemos perceber que a centralidade do trabalho no pensamento sociológico weberiano é compreendida na tese do “trabalho como vocação” na qual os indivíduos desenvolvem, continuamente, uma conduta racional e moral baseada na ideia de profissão. Sendo assim, o trabalho passa a enquadrar-se num processo de “desencantamento do mundo⁷” e, conseqüentemente, em um processo de racionalização e especialização (pilares estruturais da vida moderna).

Feita as breves considerações acerca da centralidade do trabalho no pensamento sociológico dos autores clássicos e suas especificidades de abordagens teórico-metodológicas, cabe, nessa segunda parte, analisar algumas mudanças ocorridas no mundo do trabalho, dentro da lógica do sistema capitalista, que podem ser verificadas de forma mais acentuada na contemporaneidade mediante seus diferentes cenários de instabilidades, crises e contradições.

⁵ Todas essas indagações refletem a preocupação de Weber em utilizar uma abordagem sociológica do tipo “compreensiva” que levasse em consideração os conceitos, significados e as interpretações que estruturariam seu objeto de estudo, qual seja, a ação social. Assim, pensar o trabalho na perspectiva do autor é considerá-lo, sobretudo, a partir desse viés da subjetividade, dos valores e das ideias que irão nortear as ações dos indivíduos.

⁶ A ideia de que o trabalho moderno teria um caráter ascético na perspectiva de Weber (1999) diz respeito à “ascese” enquanto conduta moral/religiosa que o indivíduo se submete a fim de alcançar uma perfeição moral. Assim, essa nova conduta racional (oriunda na ideia de trabalho como vocação) seria um dos elementos fundamentais do chamado “espírito do capitalismo moderno” e de toda a “cultura moderna”.

⁷ Fazendo menção ao Weber, Pierucci (1998, p. 8) reitera o processo de desencantamento do mundo como algo essencialmente religioso, no qual as religiões éticas operam a eliminação da magia como meio de salvação.

O MUNDO DO TRABALHO NO CENTRO DAS MUDANÇAS DO SISTEMA CAPITALISTA

As mudanças estruturais do capitalismo nos seus diferentes momentos e contextos históricos tiveram impactos sobre as estruturais sociais, econômicas e políticas dos países em nível global, como também acabaram tendo interferências nos aspectos mais micro na vida social, seja nas subjetividades e comportamentos dos sujeitos (WEBER, 1999), nas formas de socialização e na consciência coletiva (DURKHEIM, 1999) como nos processos de produção e reprodução da vida material (MARX, 1989).

A partir do novo cenário, no qual há a predominância do capital econômico e financeiro não apenas na esfera da produção, mas também, nas mais diferentes esferas da vida social⁸, o mundo do trabalho tem sido um lócus para expansão e dominação desse capitalismo em escala global, apresentando, com isso, impactos que conformaram novos cenários, novas realidades e novas contradições. Assim, o trabalho tem se constituído como uma das categorias chaves de expansão e dominação da lógica capitalista, fazendo surgir, conseqüentemente, as contradições que impactam tanto a vida do trabalhador como de toda a vida social. Fazendo menção ao contexto de mudança no mundo do trabalho, mais especificamente, a partir dos anos 1970 quando passa a predominar um novo paradigma de organização da produção- “acumulação flexível⁹”, Lapis (2011, p, 29-30) destaca:

O mundo do trabalho vem sofrendo transformações que estão relacionadas, entre outras questões, às novas tecnologias, às novas modalidades de se organizarem os processos de trabalho e de produção, aos novos postos de trabalho, ao novo perfil profissional dos trabalhadores e às novas estratégias empresariais. Essas transformações estão alterando o conteúdo do trabalho e, provavelmente, o seu sentido, o que remete ao polêmico debate atual sobre sua centralidade.

⁸Esferas da vida social dizem respeito aos diferentes âmbitos e espaços de relação e convivência social que envolvem o ambiente de trabalho, a família e os diferentes espaços da comunidade.

⁹ Conceito relacionado às mudanças, em curso, no capitalismo contemporâneo e que abarca os âmbitos econômico, social, político, cultural. Designa-se as transformações nos modos de produção de bens e serviços e de organização dos processos de trabalho, o que reflete, de certa forma, as estratégias do capital de ampliar seus lucros, tendo como característica singular a intensa flexibilidade. Seu surgimento remonta a meados dos anos 1960 e início dos anos 1970 quando países de capitalismo avançado experimentaram um período de crise (LAPIS, 2011).

É válido destacar que ao observarmos os novos cenários apresentados pelo mundo do trabalho na contemporaneidade, a partir das marcas, por exemplo, da precarização, da informalidade, do desemprego, das altas taxas de rotatividade no emprego, dos novos métodos de gestão da força de trabalho, podemos associá-las às discussões e temáticas centrais apresentadas inicialmente pelos teóricos clássicos da Sociologia ao definirem seu objeto de estudo e sua metodologia. Nesta sessão do artigo serão apresentadas apenas algumas tendências atuais do mundo do trabalho, tentando associá-las, em alguma medida, aos principais conceitos e temas elencados pelos clássicos.

Em face das novas exigências impostas pelo capitalismo, o mundo do trabalho tem carregado marcas da chamada “precarização”, em contraposição ao período do pós-guerra, no qual os trabalhadores, ao menos no núcleo capitalista, puderam contar com a expansão dos direitos trabalhistas e ambientes mais favoráveis ao exercício de suas atividades. Sendo assim, o novo perfil marcado pela precarização tem afetado todas as relações e postos de trabalho, elevando a contradição entre capital e trabalho, contradição essa apontada inicialmente pelo próprio Marx (1989) na redação de *O Capital*, o que tem favorecido o acirramento dos processos de exploração, de retirada de direitos, da autonomia dos trabalhadores dentre outros agravantes.

Essa realidade tem dado abertura a um novo perfil de trabalhadores (exigido a partir da acumulação flexível) que acabam por ser responsáveis por uma diversidade de tarefas e funções, o que Antunes (1997) denomina-os de “polivalentes” e “multifuncionais”. No entanto, acontece que diante desse cenário, muitas vezes a consciência coletiva, os laços de solidariedade, conforme apontados por Durkheim (1999) nos seus primeiros estudos sociológicos, perdem espaços, dando abertura a um conjunto de características e perfis que têm implicações no próprio caráter dos indivíduos (SENNETT, 2001). O que é mais importante destacar nessa parte é que nesse turbilhão de contradições e conflitos na esfera do trabalho, o que seriam as virtudes que formariam o caráter dos indivíduos (como a lealdade, a confiança, o comprometimento, a ajuda mútua) passam a ter menos significância em detrimentos de outras características mais centrais como a instabilidade, os riscos contínuos, a supressão de

laços e vínculos profissionais duradouros que são submetidos às pessoas na esfera do trabalho.

As principais temáticas presentes na teoria sociológica de Marx acerca do trabalho dão subsídios para aprofundamento de muitas questões presentes na contemporaneidade e que refletem os impactos diretos do capital sobre o mundo do trabalho. Destacam-se, por exemplo, a questão da alienação/estranhamento do trabalhador, os processos de exploração e valorização do mundo das coisas em detrimento ao mundo dos homens (MARX, 2004) que, de certa forma, estão fortemente presentes nas diferentes esferas e nos diferentes cenários pelos quais se apresenta o mundo do trabalho de hoje, marcado pelas fortes tendências da flexibilidade tanto nos processos produtivos quanto nas relações de trabalho¹⁰.

Vemos, portanto, que a conformação de um novo perfil de trabalhadores ajustado à lógica capitalista e suas realidades estruturais tem feito com que eles não se identifiquem com o tipo de atividade realizada nem com o próprio ambiente de trabalho no qual estão inseridos. Ou seja, esses trabalhadores apenas desenvolvem uma certa atividade laboral como uma mera forma de sobrevivência física, a fim de obter o seu salário no final da jornada mensal. O trabalho, então, passa a se constituir não como um fator de satisfação e realização humana ou como uma atividade prazerosa que proporciona a construção de afetos e vínculos interpessoais e duradouros, mas tem levado a torna-se um fator de adoecimentos, estresses e conflitos.

Assim, essa tendência de adequação dos novos perfis profissionais às novas realidades do mundo do trabalho remete a alguns apontamentos levantados por Weber (1999) ao analisar o capitalismo enquanto um modo de vida (que interfere e modela a construção das individualidades e das ações dos sujeitos) utilizando-se da criação de “tipos ideais” (para tipificar e caracterizar uma certa individualidade histórica). Fazendo uma associação com o contexto mais atual, é o novo padrão de relações de trabalho pautado na flexibilidade (além da precarização e da informalidade) que tem sido um dos

¹⁰ Como características centrais da flexibilidade dos processos produtivos podemos destacar: a adoção do modelo “*just in time*” (estoque zero), existência de uma estrutura horizontalizada que prioriza a sua especialidade e a adoção de novas técnicas de controle do tempo de trabalho. Em relação à flexibilidade das relações de trabalho aponta-se, dentre outras características: a desregulamentação dos direitos, tendência ao emprego parcial, por tarefas ou temporário, a subcontratação e a terceirização.

fatores responsáveis pela construção das novas subjetividades e novos modos de vida adequados ao trabalho que está em constantes mutações.

Com relação aos novos padrões do mundo do trabalho marcados pela precarização e que impactam diretamente nos aspectos mais subjetivos Dejours *apud* Druck (2011, p. 81-82) destaca quatro resultados:

- i) Intensificação do trabalho e aumento do sofrimento subjetivo, ii) neutralização da mobilização coletiva contra o sofrimento, a alienação e a dominação, iii) estratégia defensiva do silêncio, da cegueira e da surdez como “resistência”, no sentido de “aguentar” sem expressar o seu sofrimento e sem reconhecer o sofrimento do outro, já que “não se pode fazer nada”, iv) o individualismo exacerbado pela ameaça de demissão e de perda do estatuto, é “cada um por si”.

Assim, diante dessas breves explanações, destacam-se que os impactos do sistema capitalista sobre o mundo do trabalho têm se efetivado diretamente tanto nos aspectos objetivos e estruturais (nas relações de produção, nas formas de contratação etc.) como também nos aspectos que incidem mais fortemente na subjetividade dos indivíduos (como a perda de autonomia, as constantes ameaças, inseguranças e medos em relação à perda do vínculo empregatício, além da alienação e dos sofrimentos causados por essa nova configuração).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os teóricos clássicos da Sociologia – Marx, Durkheim e Weber - ao estabelecerem seu objeto de estudo, suas teorias e respectiva metodologia, deram importantes contribuições para às discussões acerca da centralidade da categoria trabalho no debate sociológico. Suas teorias e principais conceitos têm servido de base para a compreensão e análise das novas conjunturas e novas configurações apresentadas no mundo do trabalho na contemporaneidade, que, de certa forma, têm sido frutos dos impactos e das contradições impostas pelo sistema capitalista.

O trabalho constitui uma categoria-chave de compreensão da realidade social, em seus mais diferentes contextos, no qual tem partido todas as outras categorias que perfazem o conjunto da sociedade. Teóricos mais atuais, conforme exemplificados na segunda parte do artigo têm procurado aprofundar suas pesquisas e estudos (utilizando-

se de diferentes áreas e campos do conhecimento) apresentando dados e situações empíricas que caracterizam a chamada “crise do trabalho”. Ou seja, uma crise estrutural marcada pela heterogeneidade de situações oriundas dos diferentes contextos de precarização, flexibilização e informalidade no mundo do trabalho que tem produzido impactos sobre a vida dos trabalhadores, deixando-os numa condição de maior vulnerabilidade e insegurança, bem como acarretando “perdas” de todo tipo (de autonomia, de solidariedade, de vínculos afetivos/duradouros e de direitos).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Sérgio. Anomia, um conceito, uma história, um destino. In: _____. MASSELA, A. Braga; PINHEIRO FILHO, F.; AUGUSTO, Maria H. O.; WEISS, R. (Orgs). **Durkheim: 150 anos**. Belo Horizonte: Argumentum, 2009.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Ed. da Unicamp/Cortez, 1997.

COLLINS, Randall. A tradição do conflito. In: _____. **Quatro tradições sociológicas**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2009.

DRUCK, Graça. Precarização e informalidade: algumas especificidades do caso brasileiro. In: OLIVEIRA, R. V; GOMES, D.; TARGINO, I. **Marchas e contramarchas da informalidade do trabalho: das origens às novas abordagens**. João Pessoa: Editora Universitária, 2011, pp. 65-103.

DURKHEIM, Emile. **As regras do método sociológico**. 2ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. **Da divisão social do trabalho**. 2ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GIANNOTTI, José Arthur. Novos conceitos, velhos rumos. In: _____. **Certa herança marxista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LAPIS, Naira. Acumulação Flexível (pp. 27 – 32). In: CATTANI, Antônio David; HOLZMANN, Lorena (Orgs.). **Dicionário de Trabalho e Tecnologia**. Porto Alegre: Zouk, 2011.

LUKES, Steven. Durkheim e a tese da desintegração. In: _____. MASSELA, A. Braga; PINHEIRO FILHO, F.; AUGUSTO, Maria H. O.; WEISS, R. (Orgs). **Durkheim: 150 anos**. Belo Horizonte, Argumentum, 2009.

MARX, KARL. A mercadoria. In: _____. **O capital: crítica da economia política**. vol. 1. 12ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

_____. Prefácio. In: _____. **Contribuição à crítica da economia política**. 3ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. Trabalho estranhado e propriedade privada. In: _____. **Manuscritos econômicos filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

PIERUCCI, Antônio Flávio. Secularização em Max Weber: Da contemporânea serventia de voltarmos a acessar aquele velho sentido. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. [online]. 1998, vol.13, n.37, pp. 43-73.

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter**: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. 19ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2015.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. 14ª edição, São Paulo: Pioneira, 1999.

_____. A objetividade do conhecimento na ciência social e na ciência política. In: _____. **Ensaio sobre a teoria das ciências sociais**. São Paulo: Centauro, 2003.